

O Instituto de Higiene: Contribuição à História da Ciência e da Administração em Saúde em São Paulo *

LINA RODRIGUES DE FARIA **

RESUMO

Este artigo apresenta a história do Instituto de Higiene, criado em 1918, na capital paulista, por convênio firmado entre o governo do Estado de São Paulo e a International Health Board da Fundação Rockefeller. Emergindo em um período de intensa construção institucional no campo da ciência biomédica, o Instituto de Higiene é um caso bem-sucedido da união de recursos internacionais – a “filantropia científica” norte-americana – e dos objetivos modernizadores por parte dos aparelhos do Estado brasileiro. A discussão está centrada nos passos iniciais e na consolidação daquela importante instituição de ensino e pesquisa em saúde. As atividades científicas, os cursos oferecidos para médicos e enfermeiras na área de saúde pública e as alianças políticas que cientistas e sanitaristas do Instituto de Higiene costuraram em suas relações com políticos e autoridades do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo foram objeto de atenção especial. Como importante unidade política da federação, em parte afetada pelos rumos do progresso científico desencadeado pelo Governo federal na capital do país, em parte fortalecendo, direcionando e consolidando tais rumos de modo independente, São Paulo desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de carreiras científicas, das políticas de saúde pública e da pesquisa laboratorial no país. O Instituto de Higiene participou de forma atuante nesse processo.

Palavras-chave: Instituto de Higiene, história institucional, tradições científicas, crises institucionais.

* Este trabalho é fruto de pesquisas realizadas pela autora no Rockefeller Archive Center, nos Estados Unidos, em setembro de 1997, com auxílio financeiro recebido do programa anual de bolsas dessa instituição. Agradeço ao dr. Darwin Stapleton, diretor do RAC, assim como aos seus dedicados arquivistas, por seu apoio irrestrito a meu projeto. Cópias de todos os documentos citados no trabalho podem ser consultadas na base de dados organizada no Instituto de Medicina Social da UERJ.

** Historiadora, mestre em Saúde Coletiva, pesquisadora visitante da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

ABSTRACT

The Institute of Hygiene: a contribution to the history and science of health administration in São Paulo

The Institute of Hygiene was created in 1918 in the state capital of São Paulo, by an agreement between the government of the State of São Paulo, Brazil, and the International Health Board of the Rockefeller Foundation. Emerging in a period of intense institutional-building in the field of biomedical science, the Institute of Hygiene is a telling case of the successful merging of State modernization targets and international aid. The discussion focuses upon the initial steps and the consolidation of this important institution, its daily scientific activities, the courses offered to medical graduates and public health nurses, the political game that medical scientists and sanitarians played in their intercourse with politicians and the authorities of the Sanitary Service of the State of São Paulo. As a leading political unity in the federation, though partly influenced by the modernization efforts of the federal authorities in the nation's capital, São Paulo had a unique role in the development of scientific careers, public health policies, and laboratory research in the country. The Instituto de Higiene played an important role in this process.

Keywords: Institute of Hygiene, institutional history, scientific traditions, institutional crisis.

RÉSUMÉ

L'Institut d'Hygiène: contribution pour l'histoire de la science et de l'administration en santé à São Paulo

Cet article présente l'histoire de l'Institut d'Hygiène, créé en 1918, à la ville de São Paulo, através l'accord réalisé entre le gouvernement de l'État de São Paulo et l'International Health Board de la Fondation Rockefeller. Surgissant en une période d'intense construction institutionnelle dans le champs des sciences biomédicales, l'Institut d'Hygiène est un exemple du succès de l'union de ressources internacionales — la "philanthropie scientifique" américaine — et des objectifs de modernisation des institutions de l'État brésilien. La discussion tourne autour des débuts et, plus tard, de la consolidation de cette importante institution d'enseignement et de recherche dans le champ de la

santé. Les activités scientifiques, les cours offerts aux médecins et infirmières, en matière de santé publique, et les alliances politiques que les chercheurs et les sanitaristes de l'Institut d'Hygiène ont construit dans ses relations avec les politiciens et les autorités du Service Sanitaire de l'État de São Paulo, ont été l'objet d'attention spéciale. Comme importante unité politique de la fédération, atteinte par les chemins du progrès scientifique développé par le gouvernement fédéral dans la capitale du pays, São Paulo a joué un rôle fondamental dans le développement des carrières scientifiques, des politiques de santé publiques e de recherche de laboratoire du pays. L'Institut d'Hygiène a participé activement dans ce développement.

Mots-clé: Institut d'Hygiène; histoire institutionnelle; traditions scientifiques; crise institutionnelle.

Recebido em 23/3/99.

Aprovado em 17/5/99.

O presente artigo pretende contribuir para a história das instituições de ensino e pesquisa no Brasil e, ao mesmo tempo, fornecer elementos para a discussão sobre a natureza e o funcionamento das organizações científicas. Nele focalizarmos a problemática mais abrangente de centros de pesquisa no Brasil, sob o ponto de vista de um conjunto de questões relacionadas com a evolução e sobrevivência de tradições científicas em contextos de dificuldades institucionais e carência de recursos. O trabalho busca traçar a trajetória institucional do Instituto de Higiene, fundado em 1918 em São Paulo e que teve reflexos positivos para o desenvolvimento da ciência brasileira.

O trabalho foi dividido em três partes. Uma primeira dedica-se à análise das origens históricas do Instituto de Higiene, procurando mostrar os passos iniciais e a consolidação de tradições científicas. O ambiente em que o Instituto de Higiene foi criado e os fatores que condicionaram sua implantação também são focalizados. Uma segunda parte mostra o dia-a-dia da instituição, os cursos ministrados, as pesquisas implementadas e a importância da produção científica. A última trata das crises institucionais. As dificuldades organizacionais, e de consolidação e legitimidade, são discutidas nessa parte do texto. Segundo José Murilo de Carvalho (1978), quase todas as instituições científicas brasileiras conheceram uma fase de instabilidade institucional; o Instituto de Higiene não foi exceção. O trabalho de Ladislav Tondl (1975) é extremamente fecundo quanto às reflexões sobre as situações de conflito com que se deparam as comunidades e instituições científicas. Para este autor, as dificuldades enfrentadas pelo cientista e pelas instituições de ciência são, freqüentemente, geradas por condições externas. Neste sentido, a atividade científica reflete as estruturas em que se desenvolve, não podendo ser isolada dos aspectos sociais, econômicos, políticos ou ideológicos (Tondl, 1975: 162).

O trabalho contempla o período que se estende do final dos anos 10 ao final dos anos 1950. O marco inicial corresponde à criação do Instituto de Higiene, em 1918. O marco final representa dois momentos distintos. O primeiro, em 1945, quando o Instituto de Higiene é elevado à categoria de Faculdade de Higiene e Saúde Pública, em virtude de sua importância para o desenvolvimento da ciência em São Paulo e no resto do país. O segundo, quando Geraldo Horácio de Paula Souza (1889-1951)¹ deixa a direção da instituição, em 1951.

¹ Professor catedrático da cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Foi diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, de 1922 a 1927, e diretor do Instituto de Higiene, entre 1922 a 1951. Foi um dos fundadores da Organização Mundial da Saúde, sendo indicado membro da comissão interina e um de seus vice-presidentes.

A contribuição da Fundação Rockefeller no desenvolvimento do ensino e pesquisa nas áreas biomédicas também foi estudada. A Fundação Rockefeller se tornou, no fim da década de 30, uma instituição reconhecida mundialmente por promover estudos e pesquisas no terreno das ciências médicas e biológicas, incentivando investigações sobre os mais diversos problemas da saúde, levando a educação sanitária às populações e montando sistemas de profilaxia de grande número de doenças que ainda afetam a humanidade, notadamente a ancilostomíase e a malária. No campo da educação médica, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (fundada em 1912) foi o resultado mais importante da política científica adotada pela Rockefeller no Brasil. A Rockefeller desempenhou papel fundamental na organização científica e acadêmica desta Faculdade (Faria, 1994)².

Os Antecedentes

A presença da Fundação Rockefeller no Brasil contribuiu para a difusão da medicina experimental nos currículos do ensino médico nacional. Sua ação somou-se às iniciativas que datavam de fins do século passado. Na capital do país, o Instituto de Manguinhos liderava os avanços nacionais na pesquisa biomédica e a Faculdade de Medicina integrava-se nesses rumos. Em São Paulo, a pesquisa bacteriológica desenvolvia-se sob a liderança dos institutos Bacteriológico, em 1892, e Butantan, em 1901 (Castro-Santos, 1989). A Missão Rockefeller desenvolveu uma frente de apoio à educação médica e à pesquisa científica, promovidas nesses centros. Num período de duas décadas, que se iniciou em 1918, a Fundação passou a incentivar a educação médica na área da higiene e das ciências biomédicas. O Brasil foi o país do continente americano no qual a Rockefeller investiu maior soma de capitais. De cerca de 13 milhões de dólares, aplicados em programas sanitários e de educação em países deste continente, sete milhões foram direcionados para o desenvolvimento do ensino médico, de pesquisas científicas e campanhas sanitárias no Brasil. A Faculdade de Medicina de São Paulo obteve, deste total, um milhão de dólares (Cueto, 1992). Esta orientação dos planos da Rockefeller deveu-se, em parte, à convicção de que o desen-

² A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi a segunda instituição de ensino a receber auxílio financeiro da Fundação Rockefeller. A primeira foi a Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos.

volvimento de uma ciência sanitária moderna dependia de sua incorporação à tradição do ensino médico de um país³.

Nesse sentido, o ensino médico brasileiro — considerado por alguns historiadores da ciência como pouco devotado ao Laboratório, até pelo menos o início da República⁴, deveria sofrer alterações e abrir espaço para uma visão higienista e epidemiológica. Esta foi a preocupação da Rockefeller, ao empregar os recursos de sua Divisão de Ensino Médico para propor mudanças nos currículos médicos adotados no Brasil. A própria existência, dentro dos quadros da Rockefeller, de uma Divisão de Ensino Médico, indicava a relevância ocupada pelo financiamento à educação médica. A preocupação com o ensino da higiene e da “medicina científica” — que, de modo geral, era identificada como “não-clínica” — já era grande desde o princípio do século, para as grandes fundações norte-americanas, como a Rockefeller e a Carnegie. Esta havia comissionado Abraham Flexner, um educador, para redigir o relatório que se tornaria famoso, sobre a modernização do ensino médico norte-americano (Collier e Horowitz, 1976).

A recente discussão sobre o significado da pesquisa biomédica brasileira na segunda metade do século XIX é importante porque esclarece o tipo de intervenção da Rockefeller no desenvolvimento científico brasileiro e, em especial, sua participação na criação do Instituto de Higiene. Caso se acredite que até o século XX não havia, de fato, pesquisa científica no Brasil, essa intervenção pode ser vista, *grosso modo*, como um ato instaurador; ou seja, a formação de pesquisadores médicos no Brasil (sobretudo em São Paulo) teria se dado dentro dos moldes e padrões norte-americanos. Caso contrário, se a intervenção da Rockefeller se fazia sobre uma tradição já estabelecida, então sua atuação teria que ser avaliada pelo lado da parceria com médicos e sanitaristas brasileiros na definição dos objetivos e ações de saneamento e educação médica.

Os trabalhos representativos dessa primeira corrente de pensamento são os de Simon Schwartzman (1979) e Nancy Stepan (1976). Segundo Schwartzman, o modelo tradicionalmente seguido por nossa medicina dava prioridade à clínica e, dentro desta, às aulas teóricas. Para o autor, o ensino experimental, com ênfase na pesquisa e no Laboratório, mesmo no Rio de Janeiro, sede de Manguinhos, mal havia conquistado um lugar de destaque

³ Ver o Relatório oficial da Rockefeller (autoria não indicada), *Twenty-Five Years' Service in Brazil, 1942*. Rockefeller Archive Center — RAC, Series 305. Ver também Cueto (1992).

⁴ Atualmente, há um conflito de interpretações quanto ao desenvolvimento da ciência experimental, principalmente na área da medicina, no Brasil. Esse ponto será discutido mais adiante.

no ensino médico durante os primeiros anos deste século (Schwartzman, 1979: 119). As universidades mantinham as mesmas características do final do século XIX. Com exceção de algumas iniciativas isoladas, os professores não se dedicavam à pesquisa básica, nem estavam preocupados com os aspectos experimentais do ensino. Segundo o autor, a ciência era feita fora das universidades, em geral, em institutos federais e estaduais de pesquisa ou em laboratórios particulares (*ibid.*: 216-217).

Para Stepan, antes do Instituto Oswaldo Cruz — considerado pela autora o principal centro de medicina experimental da América Latina —, não havia tradição experimental no Brasil. A aproximação entre laboratório e medicina, e mesmo o uso de microscópio não faziam parte da rotina da educação médica nas faculdades de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro. Segundo Stepan, o surgimento de novos laboratórios, neste período, não foi suficiente para garantir, por si só, o sucesso da medicina experimental. Apesar dos esforços pioneiros dos médicos da chamada Escola Tropicalista Baiana, criada em 1865, esta não chegou a formar uma tradição de estudos experimentais (Stepan: 1976: 50-56).

Uma outra corrente revê as posições defendidas por Schwartzman e Stepan à luz de novas pesquisas históricas. No Brasil, os trabalhos de Sérgio Carrara (1996) e Flavio Coelho Edler (1996) vêm procurando mostrar que a tradição de pesquisa científica no país, expressa em contribuições efetivas para a comunidade internacional e na participação ativa nessa comunidade, é mais antiga do que sugerem os trabalhos de Schwartzman e Stepan. Sérgio Carrara, ao discutir a sífilis no século XIX, apresenta uma análise das diferentes concepções da doença e das propostas de intervenção surgidas neste período. Segundo Carrara, em virtude do forte impacto social da sífilis, academias de medicina e centros de pesquisa em vários países, inclusive no Brasil, começaram a se reunir para discutir as medidas necessárias de controle e erradicação. Além disso, o ressurgimento da sífilis marcou o aparecimento de uma nova área de ensino e pesquisa voltada para o estudo do flagelo — a sifilografia. No Brasil, a implantação dessa especialidade e a consolidação da comunidade dos sifilógrafos ocorreu entre as duas últimas décadas do século XIX e o início dos anos 20, ainda que a preocupação com a doença já se manifestasse desde meados do século passado⁵.

Flavio Coelho Edler faz uma crítica à historiografia tradicional, segundo a qual havia uma “defasagem qualitativa” entre o saber médico europeu e o

⁵ Sérgio Carrara lembra que a percepção da gravidade da sífilis entre médicos e cientistas permitiu instaurar um “vasto e complexo campo de disputas” em torno da doença (Carrara, 1996: 78).

brasileiro durante o Segundo Reinado. Edler sustenta que, apesar da forte predominância clínica no ensino médico brasileiro, esta tradição não constituiu um obstáculo ao ingresso das novidades produzidas no campo da experimentação. Ao contrário, a clínica nutriu-se das conquistas alcançadas pela medicina experimental. Segundo Edler, a institucionalização da pesquisa experimental no país deu seus primeiros passos no período anterior ao da “*Belle Époque* da medicina” e das conquistas da era pastoriana. Nas palavras do autor,

“a década de 1870 marcou um momento de inflexão na trajetória da profissionalização da medicina acadêmica, com a elite médica do Império lutando pela redefinição do estatuto de cientificidade do saber médico [e] pela elaboração de um programa de pesquisas orientado para a nosologia e terapêutica nacionais” (Edler, 1996: 284).

Como podemos notar, os estudos recentes sobre a institucionalização da medicina experimental no Brasil colocam uma nova luz sobre o lugar ocupado pelo Instituto de Higiene no panorama da ciência paulista e nacional. Os trabalhos realizados naquela instituição — ou até mesmo antes, quando se realizaram pesquisas no Laboratório de Higiene que deu origem ao Instituto — mostram sua inserção numa tradição experimental cujo início, no Brasil, era bem anterior.

Quando a Fundação Rockefeller chegou ao Brasil, em 1916, cientistas como Oswaldo Cruz, Arthur Neiva, Adolfo Lutz e Vital Brasil já vinham desenvolvendo, no Rio de Janeiro e em São Paulo, pesquisas nas áreas de bacteriologia e microbiologia. Como se sabe, foram Oswaldo Cruz e seus companheiros em Manguinhos, no então denominado Instituto Soroterápico Federal, que responderam às exigências, em 1903, de fornecer soros e vacinas para combater os surtos epidêmicos de peste bubônica e varíola na capital do país. Em São Paulo, as mesmas necessidades foram supridas pela criação, pelo governo do estado, do Instituto Bacteriológico, em 1892 — organizado por Adolfo Lutz, responsável pelos esforços de institucionalização da pesquisa bacteriológica — e Instituto Butantan, em 1901 (Benchimol e Teixeira, 1993). A criação deste último foi determinada, em grande parte, pela chegada ao Brasil (ao porto de Santos, em 1899) da peste bubônica⁶.

⁶ A criação do Instituto Butantan se deu em meio a grandes resistências de médicos clínicos de São Paulo, congregados em torno da Sociedade de Medicina e Cirurgia. Note-se como essas “grandes resistências” repõem a questão suscitada pelos trabalhos de Stepan e Edler, que ocupam as posições mais opostas no debate.

Nesse contexto de progresso institucional, iniciou-se o apoio da International Health Board (IHB), da Fundação Rockefeller. Tudo começou em São Paulo, mas os efeitos de sua ação se fizeram sentir em vários estados brasileiros. A preocupação com os estudos da anatomia, histologia, fisiologia e microbiologia, ainda que já existente entre alguns dirigentes da Faculdade de Medicina de São Paulo, recebeu da IHB um impulso decisivo.

Por que São Paulo?

O movimento pela implementação de um sistema de saúde pública e instituições de pesquisas no Brasil apresentou grandes diferenças regionais durante toda a Primeira República. As áreas de atuação da Missão Rockefeller de certo modo refletiram e reforçaram as diferenças regionais. Alguns estados, por apresentarem situação mais favorável econômica, cultural e politicamente, acabaram por receber tratamento prioritário por parte da instituição estrangeira. Foi o caso de São Paulo.

A tradição científica paulista, associada à visão — muito comum entre os membros da Fundação Rockefeller — de que somente os estados do Sul do Brasil, particularmente São Paulo e Rio Grande do Sul, teriam contado com uma colonização “produtiva” de imigrantes europeus, favoreceram a escolha da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo como uma instituição que deveria receber total apoio da Fundação Rockefeller⁷.

Além disso, tudo indica que a Rockefeller escolheu um lugar onde seus recursos teriam a possibilidade de um impacto maior. Muito nova, criada em 1912, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo estava aberta à assimilação de novos conhecimentos médicos e de saúde pública. Do lado dos entendimentos com as autoridades, São Paulo era, também, um caso favorável. As políticas públicas na área de saúde traziam a marca de um “governo forte” e centralizador (Castro-Santos, 1993). A atuação governamental, bastante consolidada, facilitou a instalação da Missão Rockefeller, a partir de 1918. Não somente o ensino médico, mas os trabalhos sanitários nas áreas rurais de São Paulo ganharam notável impulso, pois a Comissão Médica foi convidada pelo governo do estado para cooperar nas campanhas de combate às endemias, em conjunto com o Serviço Sanitário, então sob a

⁷ Ver documento *Public Health Situation and Work of the International Health Board in Brazil*, escrito em 1920 pelo Dr. Wickliffe Rose, diretor-geral da Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller. Apresentação de Lina R. de Faria, 1995.

direção de Arthur Neiva. Esse ambiente foi extremamente propício aos interesses da Fundação.

A Criação do Instituto de Higiene

Richard Mills Pearce⁸, integrante da segunda Comissão Médica da Rockefeller enviada ao Brasil, em 1916, com o objetivo de estudar as condições da educação médica no país, recomendou em seu relatório de viagem que a International Health Board patrocinasse a criação de uma cadeira de Higiene na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Por solicitação de Arnaldo Vieira de Carvalho⁹, diretor da Faculdade de Medicina, Pearce retornou ao Brasil em 1917, estabelecendo os primeiros contatos de cooperação entre a IHB e a Faculdade. O objetivo era implantar, além das cadeiras de Higiene e Anatomia, outra de Histologia Patológica. Ambas seriam ministradas por cientistas norte-americanos¹⁰. O acordo previa que a Faculdade, através do governo estadual, ficaria responsável pela doação de um prédio adequado para a instalação da cadeira de Higiene. À IHB caberia o fornecimento de equipamentos, o pagamento dos salários dos professores e assistentes, além da concessão de bolsas de estudos em higiene e saúde pública para profissionais brasileiros¹¹.

Este primeiro acordo, firmado em 22/5/1917, criou a cadeira de Histologia Patológica, sob a responsabilidade dos drs. Oscar Klotz e Robert Lambert, e o “Laboratório de Higiene”, que seria dirigido pelos cientistas Samuel Taylor Darling e Wilson George Smillie. Além do curso de Higiene, o Laboratório ficaria responsável pela realização de

⁸ Pearce foi professor da Universidade da Pensilvânia e diretor da Divisão de Ensino Médico da Fundação Rockefeller. Intermediou os contatos entre a Rockefeller e os diretores de faculdades de Medicina em vários países, sendo também responsável pela implantação do modelo de ensino médico da Rockefeller. Ver Marinho (1993).

⁹ Em carta enviada à Fundação Rockefeller, datada de 24/11/1916, Arnaldo Vieira de Carvalho solicitou uma conferência com membros da IHB para tratar da possibilidade de organização de uma cadeira de Higiene na Faculdade de Medicina (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 17, Folder 151A). Arnaldo Vieira de Carvalho formou-se em 1888 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi diretor do Instituto Vacinogênico desde sua criação, em 1892. Foi fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e seu presidente no período entre 1901 e 1906. Presidiu também a Sociedade Eugênica de São Paulo e foi fundador e primeiro diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, até 1920 (*ibid.*, nota 8).

¹⁰ The Rockefeller Foundation. *Annual Report*, 1916. RAC, Series 305, R.G. 11, Box 12.

¹¹ O acordo previa que a Faculdade de Medicina contribuiria com cerca de 37 mil dólares, e a IHB, com 150 mil. *Institute of Hygiene, São Paulo, Project Report* (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 17, Folder 151- A, 1916-1928).

pesquisas com doenças infecciosas, daí receber uma denominação abrangente. A Fundação Rockefeller incentivou a criação desse laboratório como um “centro para o desenvolvimento da educação e pesquisa na área de saúde”¹². Darling e Smillie viriam para o Brasil por cinco anos, financiados pela Fundação, mas ao final desse período seriam substituídos por profissionais brasileiros. Assim, mais tarde os drs. Geraldo Horácio de Paula Souza e Francisco Borges Vieira assumiram os encargos do Laboratório de Higiene — transformado, em 1924, em Instituto de Higiene de São Paulo, através da Lei nº 2.018, de 26 de dezembro.

Estes profissionais, no tempo em que seus colegas norte-americanos lecionavam em São Paulo, receberam da Fundação Rockefeller bolsas de estudos em saúde pública na recém-inaugurada School of Hygiene and Public Health, da Universidade Johns Hopkins. Paula Souza e Borges Vieira fizeram parte do primeiro curso ministrado naquela instituição. Outros seguiram para cursos na própria Faculdade de Medicina para se especializarem nas áreas ligadas à patologia médica, ainda sob os auspícios da Fundação. Mas foi para a Escola de Saúde Pública da Johns Hopkins que se dirigiram dezenas de médicos e sanitaristas brasileiros, considerados os melhores na sua especialidade¹³.

Em janeiro de 1918, Samuel Taylor Darling chegou ao Brasil. Acordos preliminares foram empreendidos para a abertura do Laboratório em março daquele ano. Em 9/2/1918, foram estabelecidos os termos definitivos do contrato entre a IHB e o governo do Estado de São Paulo¹⁴. O acordo foi assinado durante a administração estadual de Altino Arantes. Oscar Rodrigues Alves ocupava o cargo de Secretário do Interior. No ano seguinte, Pearce retornou ao país e em reuniões realizadas com os drs. Darling, Lewis Wendell Hackett — “diretor regional associado” da IHB no Brasil — e Arnaldo Vieira de Carvalho, recomendou algumas mudanças nos planos originais em relação ao Laboratório de Higiene. Em primeiro lugar, a organização de serviços de saúde em conexão com o Laboratório. Sugeriu, também, a possibilidade de

¹² Rockefeller Archive Center, *Annual Report*, Series 305, 1918: 41.

¹³ De 1918 ao final dos anos 30, foram oferecidas cerca de setenta bolsas de estudos para brasileiros. Ver *Jornal do Comércio*, 17/03/1940. Homenagem prestada pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a Fred Soper.

¹⁴ Desde sua criação, até 1921, o Laboratório de Higiene foi chefiado por Samuel T. Darling. Darling foi também o primeiro professor da cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Seu sucessor na direção do Laboratório, George Smillie, foi responsável pelo primeiro curso de especialização em higiene rural criado no Instituto. Em 1922, quando retornou aos Estados Unidos, passou a instituição a ser dirigida por Paula Sousa, que permaneceu no posto até sua morte. em 1951 (RAC, Series 305, R.G. I.I, Box 17, Folder 151, 09/02/1918).

criação de novos departamentos na Faculdade de Medicina e a seleção de pesquisadores brasileiros para se aperfeiçoarem nos Estados Unidos.

No Encontro Anual da International Health Board, em 24/5/1921, foi apresentada uma proposta, por Paula Souza e Smillie, de criação, dentro do Laboratório de Higiene, de um departamento de ensino graduado e pós-graduado, para treinamento de profissionais na área de saúde pública, e de um departamento de laboratórios. A proposta de Paula Souza, na realidade, previa a criação de uma Escola de Saúde Pública que integrasse todos os laboratórios com pesquisas nesta área. O projeto foi bem acolhido pelos diretores e membros da Rockefeller¹⁵.

Dois anos mais tarde, Paula Souza enviou a Frederick F. Russell, então diretor-geral da IHB, um esboço de seu plano relativo à reorganização do Laboratório de Higiene nos moldes de uma “verdadeira Escola de Higiene”. Pelos termos do projeto, o Laboratório ficaria subordinado à Secretaria de Negócios Interiores e serviria de suporte tanto à Faculdade de Medicina quanto ao Serviço Sanitário, como uma instituição de pesquisas e de treinamento de profissionais. O projeto previa, ainda, dedicação em tempo integral às atividades de pesquisa e ensino¹⁶.

Em 1924, o Congresso estadual, em sessão ordinária de 16 de dezembro, aprovou o projeto de Paula Souza¹⁷. O governo do Estado assumiu todos os encargos do Laboratório de Higiene que, a partir dessa data, adquiriu autonomia própria, deixando de funcionar como uma seção da Faculdade de Medicina, constituindo-se em instituição distinta e independente daquela e passando a denominar-se Instituto de Higiene de São Paulo.

¹⁵ Este novo acordo foi assinado depois da morte de Arnaldo Vieira de Carvalho.

¹⁶ Carta de Paula Souza a Russell sobre plano para reorganização do Instituto de Higiene (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 30/10/1923). O Instituto de Higiene foi o primeiro órgão da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo a dispor de regime de tempo integral. Paula Souza foi o responsável pela introdução do regime de tempo integral nos serviços de saúde pública no Brasil.

¹⁷ O projeto foi aprovado durante a administração estadual de Carlos de Campos. José Manuel Lobo ocupava o cargo de Secretário do Interior. A documentação analisada parece sugerir que o governo de Carlos de Campos apoiou integralmente a proposta de Paula Souza. O apoio fica evidente em nota publicada no *Correio Paulistano*, em 30/12/1924. “A resolução governamental de manter, oficializando, o Instituto, foi inspirada pela convicção moderna generalizada e, já agora pacífica, entre as nações civilizadas, de se chegar à especialização. [...] Dois caminhos tinha o governo para manter o Instituto — prorrogar o contrato de 1918, a terminar em [dezembro de 1924], ou emancipá-lo da colaboração estrangeira, oficializando-o. Tudo aconselhava a última solução, até a própria situação de fato, pois que — de fato — o Instituto, quanto à direção administrativa e científica, está há muito tempo entregue exclusivamente a mãos brasileiras, de funcionários do Estado, tendo se limitado a Junta Internacional aos encargos pecuniários decorrentes do contrato. É estranho, pois, que, justamente quando o governo atual tratava de legalizar a situação, fazendo o Congresso Legislativo intervir no caso, com a sua autoridade [...] surgessem a combater o projeto de lei...”

O dia-a-dia da instituição

No projeto vinham especificadas as funções que a nova instituição deveria desempenhar: dedicação à investigação sanitária; estudo de métodos e planos para implementação de campanhas sanitárias; criação de dispositivos que sirvam de modelo à legislação sanitária; fiscalização de soros e vacinas vendidos no Estado de São Paulo; organização de cursos de pós-graduação¹⁸ para profissionais médicos e treinamento para agentes de saúde e enfermeiras; estudos de epidemiologia; propaganda e educação higiênica.

A qualidade do ensino e das pesquisas realizadas no Instituto de Higiene foi fundamental na produção de pesquisadores e técnicos que iriam possibilitar os estudos realizados na Faculdade de Medicina de São Paulo e em outros órgãos federais e estaduais de saúde. O Instituto atuou como um instrumento importante na formação de profissionais, a partir da constituição de um saber específico, sanitarista e médico. No período entre 1918 e 1924, cerca de 80 estudantes, graduados e pós-graduados, receberam instruções nas áreas de higiene e saúde pública no antigo Laboratório de Higiene. A partir de 1925, não mais associado à Faculdade de Medicina de São Paulo, o Instituto de Higiene ampliou, significativamente, sua esfera de ação. Novos cursos e departamentos¹⁹ foram criados e o número de alunos aumentou consideravelmente.

Entre as principais atividades do Instituto estavam a instrução — incluindo aí os cursos de higiene e saúde pública —, a pesquisa e atividades em saúde pública. Os cursos de higiene e saúde pública contavam com aulas de administração sanitária — com o objetivo de organização dos serviços sanitários —, bacteriologia e imunologia, epidemiologia e profilaxia de várias doenças infecciosas, entre elas pneumonia, influenza, tuberculose, difteria, varíola, febre tifóide, cólera, febre amarela, dengue, filariose, peste, tifo, doença de Chagas, tripanossomíase e raiva²⁰.

¹⁸ Foram criados os cursos de pós-graduação em Higiene para médicos, com duração de dois anos, e de engenharia sanitária, com duração de um ano; um curso prático de laboratório para estudantes de segundo grau, na área de saúde pública e um curso de treinamento de enfermeiras em saúde pública (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 30/10/1923, p. 599-602).

¹⁹ Nessa época, o Instituto era constituído pelos seguintes departamentos: Departamento de Epidemiologia, chefiado por Francisco Borges Vieira; Departamento de Parasitologia, a cargo de Samuel Pessoa; Departamento de Microbiologia, dirigido por Alberto Santiago; Departamento de Psicotécnica, chefiado por Benjamim Alves Ribeiro e o Departamento de Química e Bioquímica, dirigido por Paula Souza.

²⁰ Carta de Wilson Smillie a Wickliffe Rose (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box, 18, Folder 152-153, 23/2/1921).

Na área de pesquisa, os departamentos de Parasitologia, dirigido por Samuel Pessoa²¹, e de Epidemiologia, chefiado por Francisco Borges Vieira²², desenvolveram vários estudos sobre a utilidade do óleo de quenopódio no tratamento da ancilostomíase, além de pesquisas sobre a profilaxia da malária, da febre tifóide e de doenças peculiares às condições rurais no Brasil. Além disso, os departamentos davam assistência às atividades na área de higiene rural empreendidas pelo Governo federal, em vários estados brasileiros. Na seção de Higiene Industrial realizaram-se pesquisas e tratamento de doenças venéreas e também as adquiridas no trabalho.

No tocante à produção científica, Samuel Pessoa, Paula Souza e Borges Vieira, entre outros, foram responsáveis pela condução e publicação de importantes trabalhos que brotaram no Instituto de Higiene. A produção científica de seus pesquisadores foi um dos fatores do reconhecimento dessa instituição. Além de publicarem intensamente em revistas e periódicos científicos²³ — nacionais e estrangeiros — formaram e orientaram numerosos estudantes de graduação e pós-graduação, organizaram e coordenaram cursos importantes na sua área de conhecimento.

Os trabalhos desenvolvidos no Instituto tratavam, na sua maioria, dos problemas sanitários que mais afetavam o Estado de São Paulo. Os surtos epidêmicos de febre tifóide ocorridos nos anos de 1914, 1915, 1920 e 1921 levaram Borges Vieira a publicar, em 1922, *Estudo Epidemiológico da Febre Tifóide em São Paulo*, abordando as principais causas do aparecimento da doença e os meios de combatê-la. Em seu trabalho, chama a atenção para os vários fatores responsáveis pela endemia tífica que, segundo ele, estavam

²¹ Samuel Pessoa tornou-se auxiliar acadêmico do Instituto de Higiene de São Paulo em 1920. Em 1922, Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina de São Paulo. Neste mesmo ano, recebeu bolsa da Fundação Rockefeller para estudos na área de Higiene Rural. Em 1923, trabalhou como Inspetor Sanitário e médico-chefe do Posto Experimental da Inspetoria de Profilaxia Geral do Serviço Sanitário de São Paulo. Em 1924, tornou-se assistente do Instituto de Higiene e assistente interino de Higiene da Faculdade de Medicina. Fez parte da Comissão para estudos sobre malária, junto à Fundação Rockefeller e ao Departamento Nacional de Saúde Pública. Em 1931, foi aprovado em concurso para Professor Catedrático de Parasitologia da Faculdade de Medicina de São Paulo.

²² Epidemiologista, recebeu da Fundação Rockefeller uma bolsa de estudos em saúde pública na *School of Hygiene and Public Health*, da Universidade Johns Hopkins. Em 1921 tornou-se assistente da cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo e responsável pelo Departamento de Epidemiologia do Instituto de Higiene. Entre meados de 1927 a meados de 1928, assumiu a direção do Instituto de Higiene. (Instituto de Higiene, Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, *Annual Report January 1 st – December 31 st, 1922* (RAC, Series 305L, R.G. 1.1, Box 19, Folder 154). Ver também *Correio Paulistano*, 16/8/1929, p. 9.

²³ Parte significativa da produção científica do Instituto de Higiene foi publicada nos Boletins do Instituto. Essa publicação abrangeu o período de 1919 a 1946 (Candeias, 1984: 9).

relacionados, essencialmente, à precariedade no abastecimento público de água e aos inadequados sistemas de esgotos²⁴.

O Instituto de Higiene mantinha contatos estreitos com o Serviço Sanitário. Quando Paula Souza assumiu a direção dessas duas instituições, em 1922, passaram então a colaborar francamente. As pesquisas implementadas no Instituto estavam em sintonia com as medidas adotadas pelo Serviço Sanitário no tocante ao combate às doenças infecciosas, em especial, a varíola e o tifo. As duas instituições realizaram um trabalho conjunto nessa área. Os estudos sobre febre tifóide desenvolvidos por Borges Vieira no Instituto de Higiene, por exemplo, foram solicitados pela diretoria do Serviço Sanitário²⁵. As instituições empregaram todos os esforços no sentido de atender às necessidades de higiene pública em São Paulo e em outros estados brasileiros.

No Posto Experimental de profilaxia da lepra, anexo ao Instituto de Higiene, foram conduzidas várias pesquisas em colaboração com o Serviço Sanitário. Em 1924 foram examinados 97 doentes de lepra e, no ano seguinte, o censo de leprosos realizado pelo Serviço Sanitário — sempre com a colaboração do Instituto de Higiene — registrou cinco mil casos da doença. As duas instituições foram responsáveis, ainda, pela organização de uma Inspetoria Sanitária específica para profilaxia e tratamento da lepra e realização de pesquisas indispensáveis à sua realização²⁶.

Desde cedo, o Instituto de Higiene realizou um número significativo de exames bacteriológicos e testes de vacinação contra algumas doenças infecciosas. Outra importante contribuição foi a propaganda sanitária. Esta procurava alertar a população sobre a natureza e causa da infecção, modos de transmissão e métodos adequados para a erradicação da doença (em anexo, propagandas do Instituto). Durante os anos de 1924, 1925 e 1926 foram publicados vários anúncios, em jornais e revistas, contendo informações sobre os meios de prevenir e tratar a febre tifóide. O Instituto possuía tam-

²⁴ *Correio Paulistano*, 19/6/1924, p. 2. Em 1922, Samuel Pessoa publicou, no *Journal of the American Medical Association*, A Case of Severe Ascaris Infection e, na revista *Brazil Médico*, dois artigos intitulados A Study on the Toxicity of Carbon Tetrachloride e The Test of Schneider in Children and in Cases of Hookworm Infection. Nesse mesmo ano, Paula Souza publicou o artigo A Rapid Simple Method of Making Charts, no *American Journal of Public Health* (Instituto de Higiene, Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, *Annual Report January 1 st - December 31 st*, 1922 — RAC, Series 305L, R.G. 1.1, Box 19, Folder 154) e, em 1926, o trabalho *Exposição de motivos sobre o problema da profilaxia da lepra no Estado de São Paulo*.

²⁵ *Correio Paulistano*. O combate à febre tifóide. Medidas lembradas pelo Dr. Geraldo de Paula Souza, 19/6/1924, p. 2.

²⁶ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14/7/1925, por Carlos de Campos, governador do Estado de São Paulo, transcrita no *Correio Paulistano*, 1925.

bém um dispensário, dirigido por Nuno Guerner²⁷, para tratamento da sífilis, moléstias venéreas e consultas de doenças do trabalho.

No Instituto funcionava o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz. Além de afeito às questões de interesse dos estudantes, era responsável pela manutenção de vários postos de profilaxia da sífilis no Estado de São Paulo, pela publicação de boletins médicos, pela distribuição de medicamentos e prestação de serviços à população pobre da capital, e pela arrecadação de fundos para manutenção de postos médicos e campanhas sanitárias (*ibid.*: nota 26).

Em 1925, foi instalado o primeiro centro de saúde do país, anexo ao Instituto de Higiene, como modelo de aprendizado para pessoal da área de saúde pública e tratamento de verminoses. A seção de verminoses foi responsável por várias inspeções sanitárias na zona rural da capital, por exames bacteriológicos em amostras de águas de poços e por pesquisas com os bacilos tifoso e disentérico. Nesse mesmo ano, o Instituto realizou seu primeiro curso para formação de educadores de saúde e inspetores sanitários, cujo objetivo era formar profissionais para auxiliar nas campanhas de erradicação das doenças infecciosas. Em 1926, a instituição fez-se representar no III Congresso Brasileiro de Higiene, realizado em São Paulo, com trabalhos sobre a epidemiologia da febre tifóide e da malária²⁸. A instituição foi responsável, ainda, pela criação de um curso para formação de enfermeiras.

Os cursos de especialização para a formação de médicos sanitaristas começaram em 1928, durante a celebração da Semana da Saúde em São Paulo. Vários profissionais receberam bolsa para o Curso de Especialização em Higiene e Saúde Pública — organizado por Waldomiro de Oliveira²⁹ — que visava a preparar médicos para o exercício da profissão sanitária, fornecendo ao Serviço Sanitário pessoal especializado para o desempenho de cargos técnicos dessa instituição. O curso foi dividido em quatro trimestres. No primeiro, foram ministradas aulas de parasitologia, higiene química, higiene pessoal e nutrição. No segundo trimestre, aulas de bacteriologia e imunologia, epidemiologia e administração em saúde pública. No terceiro realizaram-se aulas de higiene mental, atendimento pré-natal, higiene infan-

²⁷ Nuno Guerner pertencia ao Serviço Sanitário de São Paulo. Recebeu bolsa da Fundação Rockefeller para estudos na área de Higiene Industrial.

²⁸ Foram apresentados três trabalhos ao III Congresso: *Pesquisas de laboratório sobre as febres tifóide e paratífóides em São Paulo*; *Epidemiologia e profilaxia da malária em São Paulo e Epidemiologia e profilaxia da febre tifóide*. Carta de Paula Souza a F. F. Russell (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 13/6/1933).

²⁹ Waldomiro de Oliveira foi responsável pelos Centros de Saúde do Serviço Sanitário. Em 19/7/1927, substituiu Paula Souza na direção do Serviço Sanitário.

til e engenharia sanitária. Nos três últimos meses do curso, os alunos prestaram serviços em departamentos do Instituto de Higiene e/ou no Serviço Sanitário, realizando trabalhos de campo sobre algum tipo de problema em saúde pública³⁰.

Por solicitação da Liga das Nações, a partir de 1929 o Instituto passou a realizar inquéritos sobre mortalidade infantil no Estado de São Paulo. As seções do Instituto continuaram implementando pesquisas sobre a epidemiologia de várias infecções existentes, como febre tifóide e paratifóide, difteria, escarlatina, meningite cérebro-espinal, disenterias bacilares, malária e ancilostomíase.

Em 1938, o Instituto de Higiene foi incorporado à Universidade de São Paulo (USP), como uma de suas instituições complementares e, em 1945, ano de criação da Organização Mundial de Saúde, passou o Instituto a constituir uma das unidades autônomas de ensino superior da Universidade de São Paulo, sob a denominação de Faculdade de Higiene e Saúde Pública, pelo Decreto nº 14.857, de 10/7/1945. Durante os anos 30 e 40 novos cursos foram criados. O curso de nutricionistas, iniciado em 1939, teve como finalidade preparar pessoal auxiliar de saúde pública.

Em 1947, sob nova denominação, foi inaugurado, no município de Araraquara, no Estado de São Paulo, o Serviço Especial de Saúde, que se constituiu no centro rural de aprendizado da instituição. Dois anos depois iniciou-se um curso destinado à formação de engenheiros sanitaristas. Em 1951, a instituição foi responsável pelo primeiro curso de administração hospitalar do país³¹ e, finalmente, em 1969 passou a denominar-se, sucintamente, Faculdade de Saúde Pública.

A consolidação de uma tradição - as dificuldades institucionais

As atividades científicas impõem “muita perda, frustração de caráter científico ou pessoal e estão ligadas a uma multiplicidade de riscos” (Tondl, 1975: 162). A consolidação do Instituto de Higiene não se fez sem percalços e sem oposição. Os primeiros anos de funcionamento foram turbulentos. A iniciativa de criação de uma instituição autônoma foi bastante atacada. Propôs-se, inclusive, nova subordinação à Faculdade de Medicina de São

³⁰ Edital do curso em RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 1928.

³¹ Atualmente, a faculdade forma especialistas nas áreas de administração e planejamento em saúde, epidemiologia, educação materno-infantil, saúde ambiental, demografia, sociologia da saúde, enfermagem de saúde pública, odontologia sanitária, veterinária de saúde pública e nutrição.

Paulo. Paula Souza teve que lutar constantemente para manter a instituição funcionando a pleno vapor. Conseguiu fazê-lo mediante articulações políticas, alianças profissionais e o auxílio da Fundação Rockefeller e de seus membros. Os fatores responsáveis pelas dificuldades encontradas pelo Instituto de Higiene foram múltiplos e tiveram a ver, principalmente, com conflitos internos e pressões externas. Segundo Araújo e Oliveira, há um conjunto de “forças externas” que exerce considerável influência no modo como as instituições de pesquisa são estruturadas. Nas palavras do autor,

“a sociedade, com suas determinações múltiplas, influi na conformação dos valores e das normas adotadas pelas profissões [e] delimita um conjunto aceitável de papéis para as organizações e para os indivíduos” (Araújo e Oliveira, 1985: 21).

Uma primeira crise responsável pela instabilidade do então Laboratório de Higiene foi a morte do primeiro diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, Arnaldo Vieira de Carvalho, em 1920. Sua morte afetou, profundamente, os rumos das negociações em torno do Laboratório (Marinho, 1993: 80-85). Vieira de Carvalho, dedicado combatente pela Faculdade de Medicina, possuía forte prestígio entre os membros da Fundação Rockefeller.

Entre 1920 e 1924, nenhum dos diretores da faculdade conseguiu restabelecer a normalidade das relações entre a Faculdade de Medicina e a Fundação Rockefeller. A Rockefeller considerou necessário prorrogar por mais dois anos o primeiro acordo estabelecido com a Faculdade para manutenção do Laboratório de Higiene, até que ela se organizasse novamente e este pudesse assumir certa autonomia em relação à Fundação. Neste sentido, em 13/10/1922 foi assinado um novo acordo entre o governo do Estado de São Paulo e a International Health Board, que previa a continuidade das atividades do Laboratório, de janeiro de 1923 a dezembro de 1924, sobre as mesmas bases e com aproximadamente o mesmo orçamento em vigor nos anos anteriores³².

As freqüentes mudanças na direção do próprio Laboratório de Higiene também contribuíram para sua instabilidade. Seu primeiro diretor — Samuel Taylor Darling — por motivos de doença transferiu algumas vezes suas

³² Ver acordo entre o governo do Estado de São Paulo e a IHB para manutenção do Instituto de Higiene (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 1922).

responsabilidades para outros membros da instituição. Já no primeiro ano de funcionamento, George Smillie assumiu a direção, ficando no cargo até fins de 1918. De agosto de 1920 a fevereiro de 1921, foi a vez de Paula Souza dirigir o Laboratório. Ao final desse intervalo, Smillie assume, novamente, a chefia da instituição. No ano seguinte, último dos cinco do contrato entre a Rockefeller e a Faculdade, em relação ao Laboratório de Higiene, Paula Souza é indicado seu novo diretor. Segundo Paula Souza³³, as várias mudanças na direção do Instituto prejudicaram sensivelmente sua ação e imagem tanto que “até muito recentemente o Instituto de Higiene era ainda visto por várias pessoas como sendo nada mais do que um ramo da Fundação Rockefeller”³⁴.

Apesar dos problemas enfrentados pela instituição, a atuação de Paula Souza foi fundamental para a continuidade e dinamização de suas atividades. No período em que esteve à frente do Instituto de Higiene, Paula Souza lutou pela sua transformação em um órgão governamental e pela construção de um novo prédio independente da Faculdade de Medicina. Em 1922 assumiu a direção do Serviço Sanitário de São Paulo, por indicação do governador do estado, Washington Luís. O acúmulo de cargos foi bastante criticado por opositores da presença da Fundação Rockefeller no Brasil. Por outro lado, esta dupla função favoreceu, sensivelmente, a posição do Instituto de Higiene. Nas palavras de Paula Souza:

“Minha recente indicação como diretor do Serviço Sanitário de São Paulo favoreceu a posição do Instituto de Higiene e sua orientação mudou completamente. Anteriormente, os diretores do Instituto podiam apenas apresentar sugestões sobre os métodos usados pelo Serviço Sanitário, ao passo que agora estas duas instituições estão colaborando francamente. Na reorganização do Serviço Sanitário, meu desejo é que o nosso Instituto fique encarregado de todas as atividades de pesquisa antes realizadas pelo Serviço Sanitário” (*idem*: 2).

Em 1924, Pedro Dias da Silva assume a direção da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e dá novo impulso às negociações com a Fundação Rockefeller. Em dezembro deste mesmo ano, o Congresso estadual

³³ Em várias correspondências enviadas aos membros da Fundação Rockefeller, Paula Souza se refere ao Laboratório de Higiene como **Instituto** ou **Escola** de Higiene.

³⁴ Instituto de Higiene, Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. *Annual Report January 1st – December 31st, 1922* (RAC, Series 305L, R.G. 1.1, Box 19, Folder 154).

aprova o projeto de Paula Souza³⁵. A aprovação da Lei nº 2.018, que transferia oficialmente o Instituto de Higiene ao governo do Estado, deu-se após muita oposição e deu origem a outra crise institucional. Para alguns políticos, a lei parecia atribuir ao instituto atividades pertinentes ao Serviço Sanitário. Em discurso ao Congresso, o senador Oscar Rodrigues Alves³⁶ manifestou total reprovação aos seus artigos, por acreditar que seriam atribuídas ao Instituto de Higiene funções que sempre foram exclusivas do Serviço Sanitário³⁷. Para Rodrigues Alves, o projeto de lei colocava nas mãos de Paula Souza poderes que em muito esvaziavam os do Serviço Sanitário.

Rodrigues Alves discordava, ainda, que o Instituto de Higiene ficasse responsável pela fiscalização de soros e vacinas, invadindo assim as atribuições dos Institutos Butantan e Bacteriológico. As críticas de Rodrigues Alves ao projeto de Paula Souza visavam a atingir, principalmente, a atuação da Rockefeller no Brasil. Rodrigues Alves tornou-se um opositor da presença da missão estrangeira no país³⁸. É importante salientar que Rodrigues Alves foi o intermediário, quando ocupou a pasta de Secretário do Interior do governo de Altino Arantes, entre o governo de São Paulo e a IHB, nas negociações em torno da criação do Laboratório de Higiene.

³⁵ Carta de George K. Strode (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 153, 24/12/1924).

³⁶ Foi um incentivador de instituições de ciência em São Paulo. Teve papel destacado na criação da Faculdade de Medicina de São Paulo. Formou-se em medicina em 1904. Fez especialização no Instituto Pasteur de Paris (Benchimol e Teixeira, 1993: 155).

³⁷ O parágrafo 4º, do artigo 8, da Lei nº 2.018 determinava que “os funcionários do Serviço Sanitário, sem prejuízo do trabalho que lhes compete, poderão ser aproveitados como assistentes técnicos do Instituto, bem como os assistentes e instrutores deste Instituto poderão ser indicados como auxiliares de ensino da cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina, recebendo, nesses casos, gratificação *pro-labore* determinada pelo Secretário do Interior.” Carta de Paula Souza a Russell (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box, 18, Folder 152-153, 2/1/1925).

³⁸ Durante toda a Primeira República, não foram raras as críticas aos trabalhos desenvolvidos pela Rockefeller no Brasil, que chegavam a apontar uma possível “invasão americana” por meio dos expedientes sanitários, ou a tentativa de penetração do protestantismo, contrário às tradições religiosas do nosso povo, etc. *Clippings from São Paulo*. Rockefeller Archive Center, *Annual Report*, 1918: 41 (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box, 18, Folder 153, 24/12/1924). Ver também documento sobre acusações feitas pelo Senador Oscar Rodrigues Alves às declarações de Lewis Wendell Hackett, referentes à situação da higiene no Brasil (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 153, 27/12/1924). Ver, ainda, críticas de Rodrigues Alves aos métodos adotados no tratamento da ancilostomíase. Em palestra proferida no Congresso, em 1924, levantou a hipótese de que médicos da Comissão Rockefeller estariam utilizando brasileiros como “cobaias” para testar a eficiência do uso do quenopódio no tratamento da ancilostomíase. Palestra transcrita em *O Estado de São Paulo*, em 24/12/1924. Ver também RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box, 18, Folder 152/153, 19/1/1925.

O projeto recebeu, também, críticas de Carvalho Lima, na época, diretor do Instituto Bacteriológico³⁹, e do grupo de Francisco de Sales Gomes Júnior, dentro do Serviço Sanitário. A oposição de Sales Gomes ao projeto de Paula Souza tinha como alvo principal a Fundação Rockefeller. A documentação analisada parece sugerir que sua posição desfavorável às ações da Rockefeller no Brasil se devia ao fato de a Fundação ter-lhe recusado uma bolsa de estudos. Em 1920 Sales Gomes havia sido indicado, juntamente com outros profissionais brasileiros, a uma bolsa da Rockefeller. Nesta época, era assistente de Vital Brasil no Instituto Butantan e vinha desenvolvendo pesquisas com tracoma. Wickliffe Rose, então diretor geral da IHB, esclarece, em carta enviada a Hackett, que não havia condições de a Rockefeller financiar uma bolsa para o estudo do tracoma, pois se Sales Gomes a recebesse estaria contrariando a política da Rockefeller, já que o estudo dessa doença não fazia parte das atividades da Fundação⁴⁰. Em documento posterior, datado de 26/6/1922, Hackett diz que não via condições para um julgamento “imparcial” quanto a Sales Gomes. Nas suas palavras, “ainda que um homem capaz, bem relacionado e possivelmente um futuro administrador dos serviços de saúde em São Paulo, sua hostilidade à IHB é patente e desleal.” E que, em palestra na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Sales Gomes teria acusado a Rockefeller de realizar experimentos com populações ignorantes, de “raças inferiores” do Brasil, China e América Central⁴¹.

As críticas de Sales Gomes ao projeto de Paula Souza e, conseqüentemente, ao Instituto de Higiene, tinham boa acolhida nos meios político-administrativos. Numa jogada política, em 1922, Paula Souza nomeou-o seu secretário no Serviço Sanitário, numa tentativa de conciliar as várias facções dentro da instituição. Sales Gomes tornou-se, então, inspetor-chefe dos serviços de profilaxia geral⁴².

³⁹ O relatório Anual da IHB, de 1922, apontava, entre os objetivos do plano apresentado por Paula Souza, em relação ao Instituto de Higiene, a união do Instituto Bacteriológico ao de Higiene. Em carta a George K. Strode, Paula Souza solicita que esse mal-entendido seja corrigido, urgentemente, a fim de se evitarem maiores contratempos. Nas suas palavras, “a absorção do Instituto Bacteriológico pelo Instituto de Higiene nunca esteve em seus planos” (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box, 18, Folder 152/153, 18/11/1924).

⁴⁰ Até os primeiros anos da década de 20, a Rockefeller apoiou, basicamente, pesquisas sobre profilaxia da ancilostomíase e da febre amarela.

⁴¹ RAC, Series 305, 22/6/1922.

⁴² Em 1929, quando assumiu temporariamente a chefia do Serviço Sanitário, Sales Gomes apoiou a proposta de subordinação do Instituto de Higiene à Faculdade de Medicina de São Paulo [esta questão será discutida mais adiante]. No período entre dezembro de 1937 a abril de 1938, foi indicado para a Secretaria de Educação e Saúde Pública de São Paulo. Em carta endereçada a Russell,

O projeto não foi alvo só de críticas. A seção intitulada “Em torno do Instituto de Higiene”, do *Correio Paulistano*, de 30/12/1924, procurava esclarecer aos seus opositores que a autonomia da instituição não implicaria, necessariamente, subordinação das atividades do Serviço Sanitário ao Instituto de Higiene.

“A referida lei veio apenas consagrar uma situação de fato. E a verdade é que dela não resulta dualidade alguma de serviços da mesma natureza. [...] Por força da especialização aludida ao Instituto de Higiene foi atribuído o estudo das moléstias e dos meios de preveni-las e combatê-las, bem como a instrução técnica dos respectivos funcionários mediante cursos para médicos, higienistas, enfermeiros, etc.: à Diretoria Geral do Serviço Sanitário continua confiada a aplicação desses meios, a execução do trabalho de prevenção e combate. [...]. Os dois departamentos de higiene operam, como se vê, em bem distintas esferas de ação, cada um deles com atribuições diferentes e discriminadas, circunstância que impossibilita confusão, e menos ainda a prática de atos idênticos, por órgãos diversos, com desperdício de energia e dinheiro. Essa nova orientação prática, entretanto, não importa em sujeição de um departamento ao outro, nem há como se descobrir de ânimo desprevenido e boa fé, qualquer subordinação da Diretoria Geral do Serviço Sanitário ao Instituto de Higiene, pois agem ambos como órgãos autônomos e harmônicos, em campos e com funções distintamente discriminadas, embora com um só e elevado escopo — velar efetiva e eficazmente pela saúde pública”⁴³.

Em discurso de abertura do III Congresso de Higiene, ocorrido em São Paulo, em novembro de 1926, José Manuel Lobo, então Secretário do Interior do Governo Carlos de Campos, fala do apoio que o Instituto de Higiene vem recebendo dos governos estaduais, desde sua criação.

Paula Souza manifesta preocupação com sua indicação. Nas suas palavras, “o maior inimigo desse Instituto foi nomeado Secretário de Educação e Saúde Pública. Esse homem, em razão de lhe ter sido recusada uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, há muitos anos, possui contra ela um ressentimento antigo e deseja reduzir esse Instituto a sua expressão menor. Nesse plano ele conta com a ajuda de alguns membros da Faculdade de Medicina de São Paulo, invejosos da importância adquirida pelo Instituto de Higiene” (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 31/12/1931).

⁴³ Até a oficialização do Instituto de Higiene, cabia unicamente ao Serviço Sanitário, de acordo com o Código Sanitário, o estudo dos meios de prevenção e o combate à doença (*Correio Paulistano*, 30/12/1924, p. 4).

“[...] No quadriênio Altino Arantes, tendo como Secretário do Interior o sr. Dr. Oscar Rodrigues Alves, definiram-se de modo mais preciso as preocupações especializadas em matéria sanitária [...]. É testemunho desse nosso acerto — não só o Código Sanitário de 1918, que consolidou a legislação anterior [...], como também o Instituto de Higiene, organizado, instalado e mantido pelo governo de São Paulo e pela Junta Internacional de Saúde [...]. No quadriênio Washington Luís foi mantida essa orientação inicial, prorrogando-se o contrato relativo ao funcionamento do mesmo Instituto. A característica administrativa do atual quadriênio é, neste particular, de franca e acentuada especialização. A simples leitura da Lei nº 2.018, de 26/12/1924, que oficializou o Instituto de Higiene, é suficiente para a verificação dessa verdade, tantos e tão claros são os dispositivos sobre os cursos e trabalhos afetos a essa instituição”⁴⁴.

Alguns meses antes do III Congresso, o próprio governador Carlos de Campos já havia se manifestado favorável ao projeto de tornar o Instituto uma unidade autônoma da Faculdade de Medicina de São Paulo. Em discurso ao Congresso Legislativo diz que

“cabendo à higiene, em nossos dias, papel de alto e singular relevo; contribuindo, para seus alicerces, não só as disciplinas lecionadas na Faculdade [de Medicina de São Paulo] mas ainda a sociologia, a psicologia, a engenharia sanitária, a estatística, cumpria dar-lhe desenvolvimento mais lato que o de simples cadeira de uma Faculdade, com programa restrito, quanto à matéria e ao tempo de um ano letivo. A exemplo do que se faz em outros países, onde essa disciplina, em virtude mesmo da sua alta importância, é tratada com carinho e mediante cuidadosa especialização, quis o governo, interpretando interesses do ensino superior, que esse critério fosse adotado entre nós”⁴⁵.

Não mais associado, portanto, à Faculdade de Medicina, o jovem Instituto de Higiene de São Paulo — como passou a ser denominado (ou Escola de Higiene e Saúde Pública do Estado) — iniciou um programa de pesquisas independente. Nos anos seguintes, continuou a receber apoio técnico e financeiro da Fundação Rockefeller, novas bolsas de estudo foram concedidas e novos cursos foram criados.

⁴⁴ *Correio Paulistano*, 05/11/1926, p. 6.

⁴⁵ Mensagem de Carlos de Campos, em 14/7/1926, transcrita no *Correio Paulistano*, 1926.

No encontro da IHB, em maio de 1925, a proposta de Paula Souza de construção de um prédio independente para o Instituto foi apresentada e aceita pelos membros da Rockefeller⁴⁶. O Conselho Diretor aprovou a ajuda para construção do edifício, com base em antigo plano de cooperação com o Estado de São Paulo elaborado por Russell, Pearce, pelo então diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, pelo governador Washington Luís e por seu Secretário do Interior. O plano previa, entre outros pontos, que a construção do novo Instituto seria em Araçá, como uma estrutura independente da Faculdade de Medicina; que o custo da construção e os equipamentos seriam financiados pela IHB, com o apoio do governo estadual; e que o Instituto manteria atividades de ensino e pesquisa direcionados para estudantes e graduados em medicina⁴⁷.

Somente três anos após a aprovação da proposta de Paula Souza foi assinado o contrato entre o governo estadual e a IHB para construção do novo prédio⁴⁸. As obras tiveram início a partir da segunda metade de 1928 e foram finalizadas em 1934. A demora na finalização das obras abriu uma brecha para os opositores do projeto de autonomia do Instituto de Higiene. Após um intervalo de curta estabilidade, o Instituto voltou a passar por períodos de turbulência. Em fins de 1927 e início de 1928 começaram a surgir rumores sobre a possibilidade de nova subordinação do Instituto à Faculdade de Medicina. Tudo indica que a proposta visava a transferir todas as atividades de laboratório da instituição para o Instituto Butantan, limitando suas ações à propaganda educacional. A campanha em favor da subordinação do Instituto recebeu o apoio de antigos e novos opositores de Paula Souza e da Fundação Rockefeller.

⁴⁶ Paula Souza foi responsável pela concepção das plantas do novo prédio do Instituto de Higiene. O primeiro andar foi destinado, exclusivamente, para atividades de atendimento ao público (Centro de Saúde, Curso para Educadores Sanitários e Sala de Conferências). O segundo foi reservado para o ensino (Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina, além dos cursos de Epidemiologia, Estatística, Parasitologia), e o terceiro, para a pesquisa (seções de Epidemiologia, Bacteriologia, Psicotécnica e Parasitologia). Carta de Paula Souza a Russell (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 5/1/1925).

⁴⁷ O Conselho Diretor da IHB aprovou a quantia de 5.300 contos de réis para a construção dos institutos de Anatomia, Fisiologia, Química, Patologia e Higiene. Deste total, 1.500 foram direcionados para a construção do novo prédio do Instituto de Higiene, que ao contrário dos outros institutos seria uma unidade autônoma da Faculdade de Medicina de São Paulo (São Paulo negotiations — Higiene/ R.A. Lambert to R.M. Pearce July 14, 1925. RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 153, 7/8/1925). Ver também carta de Pedro Dias ao diretor da IHB George E. Vincent (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 11/9/1925).

⁴⁸ O contrato previa a quantia de 2.300 contos de réis para as obras. Deste total, 1.500 foram financiados pela Fundação Rockefeller e o restante, pelo governo estadual. Carta de Fred L. Soper a Russell (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 20, Folder 159, 15/10/1928).

Neste particular, dois pontos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, os rumores surgem justamente no momento em que Paula Souza se afasta, temporariamente, da direção do Instituto de Higiene. Entre meados de 1927 a início de 1929 viajou para a Europa, a convite das Ligas das Nações, para participar dos trabalhos do Comitê de Higiene e ministrar um curso de Higiene em Londres. Durante este período, Borges Vieira assume a direção do Instituto. Um segundo ponto que merece ser salientado é o fato de que Pedro Dias — diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo — estava entre os principais defensores da redução das atribuições do Instituto⁴⁹. A correspondência trocada entre Paula Souza e Borges Vieira com membros da Fundação Rockefeller revela quem eram seus opositores na Faculdade de Medicina e no Serviço Sanitário⁵⁰. A preocupação de Paula Souza com o futuro da instituição, ameaçada pelos opositores, é relatada em carta confidencial que endereçou a Russell:

“A tendência entre os dirigentes [da Faculdade de Medicina] é achar que o melhor seria subordinar novamente o Instituto de Higiene à Faculdade de Medicina de São Paulo, sem levar em conta o futuro desenvolvimento do mesmo. [...] A idéia é economizar no orçamento do Instituto, subordinando-o novamente à Faculdade. O atual diretor do Serviço Sanitário também deseja assumir autoridade sobre o Instituto”⁵¹.

⁴⁹ Algumas correspondências trocadas entre os membros da Fundação Rockefeller revelam certa preocupação com a forte ligação entre Pedro Dias e o governador de São Paulo, Júlio Prestes. Prestes assumiu o governo paulista em 14/7/1927. Durante a sua gestão, foram suspensas as verbas estaduais destinadas à construção do novo prédio do Instituto. Ver documentos RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 15/10/1927 e RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 19/11/1927.

⁵⁰ Outro defensor do projeto de subordinação do Instituto de Higiene foi Arthur Neiva. Quando da chegada da Missão Rockefeller ao Brasil, Neiva, então diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, veio a se destacar no apoio às atividades da missão no país. Arthur Neiva incentivou a atuação da Rockefeller em campanhas sanitárias e investigações científicas. Como se depreende de seus relatórios e testemunhos pessoais, considerava suas ações benéficas para os profissionais brasileiros, no tocante ao intercâmbio de novos conhecimentos científicos, experiências campanhistas e educação médica. Tudo indica que a posição contrária assumida em relação à criação do Instituto de Higiene devesse, em parte, ao fato de a Rockefeller não ter apoiado seu plano de transformar o Instituto Butantan numa instituição capaz de competir com o Instituto Oswaldo Cruz na produção e comercialização de soros e vacinas. Em carta datada de 24/4/1917, endereçada a Wickliffe Rose, Neiva deixa claro que pretendia — com o apoio da Fundação — fazer do Butantan um centro de investigação e pesquisa “de onde a Fundação Rockefeller irradiaria a sua benéfica ação, elucidando vários problemas científicos, não só brasileiros como da América do Sul” (Faria, 1994: 76). Sobre a rivalidade entre Manguinhos e Butantan, ver Benchimol e Teixeira (1993); RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box, 18, Folder 152/153, 5/9/1927 e Institute of Hygiene, São Paulo, *Project Report* (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box, 17, Folder 151 A, 1916-1928).

⁵¹ RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 17/8/1927.

Em outra carta enviada a Robert A. Lambert — diretor da Divisão de Educação Médica da Fundação Rockefeller, em 1929⁵² —, Paula Souza chama a atenção para a forte oposição ao Instituto de Higiene entre os membros do Serviço Sanitário e para o “terrorismo” que vinha se implantando entre a classe médica.

“O Serviço Sanitário, sob a nominal direção do Dr. Waldomiro de Oliveira, mas, em realidade sob o controle do Dr. Sales Gomes, o principal antagonista dos esforços da Fundação Rockefeller, segue cegamente a orientação dos ‘nortistas’⁵³ os quais foram contratados pelo Serviço Sanitário durante a administração de Arthur Neiva, há cerca de dez anos. Eles são totalmente contra o Instituto de Higiene e gostariam de usar nosso novo prédio, em Araçá, para alguma seção do Serviço Sanitário [...]. Um tipo de terrorismo prevalece entre a classe médica tal como eu nunca julguei possível acontecer”⁵⁴.

Pedro Dias, nomeado pelo governador Carlos de Campos para a direção da Faculdade de Medicina, em 1924, fora responsável pela retomada das negociações entre a Faculdade e a Fundação Rockefeller, no tocante à organização do Instituto de Higiene, como mencionado anteriormente⁵⁵. As correspondências trocadas entre os membros da IHB sinalizam os prováveis motivos que levaram à proposta de subordinação do Instituto⁵⁶. Ao que tudo indica, os problemas começaram ainda em 1925, quando a IHB aprovou o orçamento para construção do novo prédio de Higiene. A questão suscitada naquele momento era quem ficaria responsável pela verba destinada às obras. Para Pedro Dias, se o prédio do Instituto de Higiene iria fazer parte de um conjunto de edificações da Faculdade de Medicina, como diretor da Faculda-

⁵² Nesse período, Paula Souza retorna ao Brasil de sua viagem à Europa. Carta de Paula Souza a Pearce, diretor da Divisão de Educação Médica da Fundação Rockefeller (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152-153, 17/8/1927).

⁵³ Para os nossos propósitos, é irrelevante o claro preconceito de um paulista de elite contra os nortistas.

⁵⁴ RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 29/7/1929.

⁵⁵ O acervo *Arquivo Rockefeller no Brasil* (IMS/UERJ) possui algumas correspondências de Pedro Dias ao diretor da IHB, George E. Vincent, no período entre 1924 e 1925, agradecendo a colaboração prestada pela Fundação Rockefeller à Faculdade de Medicina e ao Instituto de Higiene (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153).

⁵⁶ Ver documentos: RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 5/9/1927; RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 15/10/1927; RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 19/11/1927; RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 28/12/1927; RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 17/1/1928; RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 22/3/1928; RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 11/1/1932.

de deveria conduzir todas as questões relativas ao Instituto. Por outro lado, Paula Souza acreditava ser do diretor do Instituto de Higiene toda a responsabilidade⁵⁷.

Apesar de todos os esforços contrários à manutenção do Instituto de Higiene e, principalmente, apesar da “ânsia centralizadora” que tomou conta do Estado após 1930, através do Ministério da Educação e Saúde Pública (Carvalho, 1978: 167-168), em 1931 o Decreto nº 4.955, de 1º de abril, reorganiza e fortalece a instituição. O Instituto passa a ser reconhecido oficialmente como Escola de Higiene e Saúde Pública, subordinada à Secretaria de Educação e Saúde Pública. O Interventor Federal no Estado de São Paulo — Coronel João Alberto Lins de Barros⁵⁸ —, considerando que o Instituto de Higiene, tal como fora organizado pela Lei nº 2.018, não vinha cumprindo sua “primordial finalidade educativa”, para o qual foi criado, determinou algumas modificações em seu regulamento. Segundo Lins de Barros, para o bom desempenho das funções sanitárias, os profissionais da área de saúde necessitariam de cursos mais especializados (São Paulo, 1931).

Esse decreto ampliou significativamente a esfera de ação do Instituto de Higiene. Além da criação de novos cursos⁵⁹ e a introdução de novas matérias nas cadeiras de Higiene e Saúde Pública, o decreto previa, ainda, o aumento do quadro de funcionários e a sua efetivação ao serviço público com cinco anos de serviços prestados⁶⁰. Outra mudança significativa para o Instituto foi a responsabilidade de organizar a carta sanitária do Estado. Pelo artigo nº 4 do Decreto de 1931, o Curso de Higiene — antes ministrado na Faculdade de Medicina de São Paulo — passaria a ser lecionado no próprio Instituto⁶¹.

⁵⁷ Carta de Robert A. Lambert a R. M. Pearce (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 14/7/1925). Carta de George Strobe a Russell (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box 18, Folder 152/153, 14/4/1925).

⁵⁸ Na esfera dos estados, os interventores federais tinham poderes idênticos aos do chefe do Governo federal (Bello, 1964: 366).

⁵⁹ Cursos em que a higiene estava presente, como de educadores sanitários, técnicos de laboratórios de saúde pública, de especialização para sanitaristas médicos, de visitantes sanitários. Nesse período foi fundado também um Centro de Saúde, além de serviços de higiene pré-natal, higiene infantil, higiene pré-escolar, higiene escolar, verminoses, serviço de pele e moléstias venéreas.

⁶⁰ De acordo com a Lei nº 2.018, que vigorava até essa data, somente após 12 anos de serviços prestados no Instituto o funcionário poderia ser efetivado. Carta de Paula Souza a Russell (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box, 18, Folder 152-153, 2/1/1925).

⁶¹ Em agosto de 1931, o Instituto de Higiene foi instalado no novo prédio do Araçá, ainda em construção. Paula Souza temia que Waldomiro de Oliveira, nessa época diretor do Serviço Sanitário, fizesse uso do prédio para alugar algumas seções do Serviço Sanitário, como medida para suprimir despesas com aluguéis pagos pelo Estado. Além disso, em incios de 1931, o prédio fora ocupado por um destacamento policial do Estado de São Paulo.

É interessante notar que o artigo sobre a fiscalização de soros e vacinas, exaustivamente discutido no Congresso e que recebeu duras críticas do senador Rodrigues Alves e de outros congressistas, não foi contemplado nesse decreto. Nesse sentido, prevaleceu a posição dos antigos opositores de Paula Souza e da Rockefeller.

No início de 1938 a autonomia do Instituto de Higiene foi novamente ameaçada. Nesta época, Sales Gomes ocupava o cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública do Estado. Durante o período em que esteve à frente da Secretaria — 21/12/1937 a 23/4/1938 — lutou pela unificação dos institutos de pesquisas científicas paulistas, que passariam, de acordo com o seu plano, a constituir uma única instituição de alto nível científico (Candeias, 1984: 42). Sales Gomes alegava, entre outros pontos, que existiam muitos laboratórios com funções praticamente idênticas em São Paulo; além disso, a uniformização seria medida de economia para o Estado. Nas suas palavras:

“Com a fusão dos institutos científicos num só estabelecimento desaparece essa situação de multiplicidade existente em São Paulo. Assim, qualquer assunto que se queira estudar sob o ponto de vista científico são muitos laboratórios, ao mesmo tempo, que se encarregam disso. Exemplo frisante temos dessa moléstia que chamam de febre amarela silvestre. Está sendo estudada pela comissão especial chefiada pelo dr. Aragão; os Institutos de Higiene e Bacteriológico também pesquisam”⁶².

Sales Gomes pretendia criar em São Paulo uma instituição como a de Manguinhos, no Rio de Janeiro, que aglutinasse todos os institutos de pesquisa.

Por tudo que já foi dito até o momento sobre os conflitos existentes entre Sales Gomes e Paula Souza, é possível supor que o projeto de fusão dos institutos visava a atingir, principalmente, a autonomia do Instituto de Higiene. Em carta endereçada a Galeno de Revoredo⁶³, em 16/2/1938, Paula Souza chama a atenção para esta questão.

“Os planos atuais de tocar nos institutos são apenas roupagens para coonestar uma única intenção, que é atingir de qualquer forma a organização do Insti-

⁶² *Diário da Noite*, 28/1/1938, matéria A Fusão dos Institutos Científicos de São Paulo (*ibid.*, *op. cit.*, nota 79).

⁶³ Médico, gaúcho, com influência junto a Getúlio Vargas.

tuto de Higiene. Uma vez sustado o primitivo plano de fusão, que seria a aniquilação completa e definitiva do Instituto de Higiene, uma nova fórmula foi encontrada para atingir o mesmo fim a prazo mais longo..." (Candeias, 1984: 44).

Preocupado com os rumos das negociações em torno da fusão dos institutos científicos, Paula Souza sugeria, em sua carta a Galeno — por certo esperando que a sugestão fosse aceita por Getúlio — que o Instituto fosse incorporado à Universidade de São Paulo, subordinando-o, novamente, à cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina. Alguns meses mais tarde, Ademar Pereira de Barros, Interventor Federal do Estado de São Paulo, aprovou o Decreto nº 9.279, que incorporou o Instituto à USP.

Ultrapassada mais essa difícil etapa da luta pela autonomia do Instituto de Higiene, o passo seguinte seria sua transformação em uma instituição de ensino superior. A partir desse momento, todos os esforços despendidos por Paula Souza e seus companheiros foram no sentido de efetivar sua elevação à categoria de Faculdade de Higiene, concedendo ao Instituto situação de igualdade perante as outras faculdades que integravam a Universidade de São Paulo. A instalação da Faculdade, no entanto, não foi uma tarefa fácil. Durante quase sete anos o projeto tramitou entre a Interventoria e o Departamento de Saúde Pública. Somente em 1945, o Decreto-lei nº 14.857, assinado pelo Interventor Federal do Estado de São Paulo, Fernando Costa, concedeu ao Instituto a tão almejada e definitiva autonomia, marcando, assim, o término de uma dura e longa "via sacra".

Ainda a consolidação de uma tradição - o impacto do Instituto de Higiene no progresso científico

O Instituto de Higiene, ao ser criado, e durante seus primeiros anos de funcionamento, teve poucos simpatizantes e muitos críticos, que em vários momentos tentaram sabotar seus esforços. Não fosse pelo apoio modernizador dos governos estaduais, ligados ao Partido Republicano Paulista, teria tido provavelmente o mesmo destino de muitas instituições científicas brasileiras que malograram, vítimas de conflitos internos e pressões externas e da falta de apoio político. Interesses à parte, o apoio político recebido pelo Instituto foi fundamental para seu êxito.

Um importante fator de êxito foi, sem dúvida, a autonomia alcançada em relação à Faculdade de Medicina de São Paulo. Com a autonomia, o Instituto

pôde dispor dos recursos como melhor lhe conviesse. Seus pesquisadores e dirigentes puderam decidir, mais livremente, sobre suas prioridades, atividades e agendas de pesquisa. Neste particular, não podemos esquecer o auxílio significativo da Fundação Rockefeller, não só no tocante ao orçamento e bolsas de estudos oferecidas aos pesquisadores do Instituto de Higiene, mas, principalmente, quanto ao papel desempenhado por seus cientistas, Samuel Taylor Darling e Wilson George Smillie, na formação de uma geração de profissionais brasileiros na área de saúde.

Se houve êxito, este se refletiu de diversos modos. Talvez o reflexo mais importante tenha sido o que se refere ao desenvolvimento da higiene e da saúde pública no país. O período entre 1918 e início dos anos 30 foi marcado pelo rápido crescimento do sentimento popular em relação a essas áreas e pela crescente participação do Estado na formulação e condução de políticas de saúde. A saúde pública transformou-se em questão social no Brasil, como reflexo do aprofundamento da intervenção dos estados e da União no campo da saúde e de suas políticas de saneamento rural, que colocavam em pauta a necessidade de erradicação das endemias.

Esse cenário foi bastante favorável para o desenvolvimento da saúde pública no país e em São Paulo. Um indicador importante, ao qual demos destaque no presente trabalho, foi a criação, em 1918, do Laboratório de Higiene, que funcionou como um espaço de ensino, pesquisas e debates sobre as questões de higiene e saúde pública em âmbito nacional. A criação da Sociedade Brasileira de Higiene, durante a presidência de Artur Bernardes, foi outro indicador da força que essas áreas vinham conquistando no país e, em especial, em São Paulo. A SBH atuou como um instrumento de intervenção política nas questões relativas à saúde. Durante seu primeiro congresso, realizado em 1º/10/1923, foram discutidos temas relativos ao saneamento dos estados, aos programas de educação e às questões de organização e administração dos serviços de higiene.

Em carta endereçada a Russell, em janeiro de 1925, Paula Souza chama a atenção para a importância que São Paulo vinha adquirindo na organização e administração dos serviços de saúde e programas de educação em higiene e do papel relevante dos Congressos de Higiene na divulgação dos trabalhos sanitários no estado.

“O Estado de São Paulo tem sido, na América Latina, um centro para o desenvolvimento de muitas novas idéias. No Congresso de Higiene realizado, recentemente, em Minas Gerais, ficou evidente que todo progresso sanitário

em outros estados brasileiros tem sido, conscientemente ou inconscientemente, orientado por nosso próprio progresso. O próximo Congresso de Higiene será realizado em São Paulo, em meados de 1926, e qualquer desenvolvimento sanitário valioso que nós tivermos para mostrar irá influenciar e orientar os trabalhos a serem realizados em todo o Brasil”⁶⁴.

Em dezembro de 1931, alguns meses após a aprovação do Decreto nº 4.955, que reorganizou o Instituto de Higiene, outra carta de Paula Souza, destinada a Russell, ratifica o papel relevante que a então Escola de Higiene e Saúde Pública e outras instituições paulistas vinham alcançando no cenário nacional.

“Um ponto importante deve ser considerado aqui: em primeiro lugar, embora seja esta a única Escola de Higiene neste país, trata-se não de uma escola nacional, mas estadual. Através do crescimento de vários serviços administrativos neste país, demonstrou-se que tais instituições, localizadas em São Paulo, mesmo quando não são chamadas para resolver problemas nacionais, por conta de certos fatores, tais como rivalidades regionais, funcionam sempre como uma referência para as organizações federais e, gradualmente, expandem sua influência nacional”⁶⁵.

Considerações finais

Este trabalho procurou delinear os contornos mais gerais da reordenação institucional do ensino e pesquisa científica voltada para as áreas de higiene e saúde pública em São Paulo, durante as décadas de 1920, 1930 e 1940. Como o texto procurou mostrar, os primeiros anos de vida do Instituto de Higiene foram particularmente penosos para o diretor Paula Souza e companheiros. Durante quase duas décadas, a instituição passou por crises e ameaças de perda de autonomia. A partir de meados dos anos 40, iniciou-se um período de relativa estabilidade, e, nela, o Instituto de Higiene se projetou como “ilha de competência”⁶⁶. Os trabalhos inovadores de cientistas da Rockefeller, como Samuel Taylor Darling e Wilson Smillie, e, do lado

⁶⁴ Carta de Paula Souza a F. F. Russell (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box, 18, Folder 152-153, 5/1/1925).

⁶⁵ Carta de Paula Souza a F. F. Russell (RAC, Series 305, R.G. 1.1, Box, 18, Folder 152-153, 31/12/1931).

⁶⁶ Sobre outra “ilha de competência” no panorama das instituições científicas no Brasil, consultar Faria (1997).

brasileiro, Paula Souza, Samuel Pessoa e Borges Vieira, deixaram sua marca no campo científico nacional. Finalmente, pode-se afirmar que, por sua orientação original, pela posição inovadora nos anos iniciais e pela qualidade do ensino e das pesquisas desenvolvidas mais tarde, o Instituto de Higiene, atual Faculdade de Saúde Pública, representou uma instituição fundamental no desenvolvimento da área biomédica no Brasil.

Há ainda um aspecto importante que deve ser considerado. Ao contrário de outras instituições ligadas à saúde, ao ensino e à pesquisa no Brasil, o Instituto de Higiene conseguiu sobreviver à onda centralizadora que tomou conta do Estado durante o governo de Getúlio Vargas, através da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Para a maioria das instituições científicas, o Governo Vargas representou o fim da autonomia institucional. Um exemplo significativo foi o Instituto Oswaldo Cruz: em 1930, até então subordinado à pasta da Justiça, passou para a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde Pública. A partir desse momento, iniciou-se um período de crise financeira que deixou seqüelas irreparáveis na qualidade da produção científica, levou à deterioração dos equipamentos e à perda de profissionais especializados.

No mesmo período fortalecia-se o Instituto de Higiene, que passou a viver uma fase de certa estabilidade institucional, seguindo-se a conquista definitiva de sua autonomia em 1945. Neste ponto cabem algumas questões que poderão orientar futuras pesquisas. Por que o Estado Novo permitiu a desestruturação de Manguinhos e não do Instituto de Higiene, instituição que representava um estado de forte oposição a Getúlio? Ainda que parte da elite política paulista tenha aderido a Getúlio, depois de 30, São Paulo permaneceu uma força de oposição ao novo regime. Algumas condições foram necessárias para desencadear o processo que permitiu transformar o Laboratório de Higiene em uma instituição autônoma. Tudo indica que Geraldo Horácio de Paula Souza e seus companheiros conseguiram costurar alianças políticas responsáveis por um ambiente favorável para o Instituto de Higiene. Mas este é um ponto que será abordado em trabalho futuro.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO e OLIVEIRA, J. B. *Ilhas de competência. Carreiras científicas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BELLO, J. M. *História da República*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- BENCHIMOL, J. L.; TEIXEIRA, L. A. *Cobras, lagartos e outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.
- CANDEIAS, N. M. F. Memória Histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (1918/1954). *Revista de Saúde Pública*, v. 18, n. especial, p. 2-60, 1984.
- CARRARA, S *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- CARVALHO, J. M. *A Escola de Minas de Ouro Preto — o peso da glória*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora Nacional / FINEP, 1978.
- CASTRO-SANTOS, L. A. A Fundação Rockefeller e o Estado Nacional (história e política de uma missão médica e sanitária no Brasil). *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 6, n. 1, p. 105-110, jan./jun.1989.
- _____. A reforma sanitária 'pelo alto': o pioneirismo paulista no início do século XX. *Dados (Revista de Ciências Sociais)*, v. 36, n. 3, 1993.
- COLLIER, P.; HOROWITZ, D. *The Rockefellers: An American Dynasty*. Broadway, New York: New American Library, p. 61-65, 1976.
- CUETO, M. *Ciencia y Filantropia en las Americas*. Conferência apresentada no III Congresso Latino-Americano de História da Ciência e da Tecnologia, Cidade do México, 1992.
- EDLER, F. C. O debate em torno da medicina experimental no Segundo Reinado. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, v. III, n. 2, p. 284-299, julho/outubro, 1996.
- FARIA, L. R. A fase pioneira da Reforma Sanitária no Brasil: a atuação da Fundação Rockefeller (1915/1930). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/UERJ, 1994.
- _____. Arquivo Rockefeller. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, v. I, n. 2, p. 118-128, nov. 1994/ fev. 1995.
- _____. Uma ilha de competência: história do Instituto de Química Agrícola na memória de seus cientistas. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, v. IV, n. 1, p. 51-74, mar./jun. 1997.

- MARINHO, M. G. *O papel da Fundação Rockefeller na organização do ensino e da pesquisa na Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931)*. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- PESSOA, S. *Ensaio médico-sociais*. Organização e prefácio de José Rubens Ferreira de Alcântara Bonfim e David Capistrano da Costa Filho. São Paulo: CEBES/HUCITEC, 1978 (Coleção *Saúde em Debate*).
- SCHWARTZMAN, S. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora Nacional / FINEP, 1979.
- STEPAN, N. *Beginnings of Brazilian science. Oswaldo Cruz, medical research and policy, 1890/1920*. New York: Science History Publications, 1976.
- TONDL, L. Situações de conflito em comunidades científicas. *Sociologia da Ciência*. (Coletânea de artigos do International Social Science Journal). Tradução de Newton T. Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- SÃO PAULO (Estado). *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Ato do Poder Legislativo, Imprensa Nacional, 1931.